

## TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@grupofolha.com.br www.folha.com/tendencias

## A Eletrobras deve ser privatizada?

SIM

## Melhor notícia do ano incomoda muitos

PAULO MAYON

Toda divergência e todo debate são salutares. Eles cumprem a função de promover um processo mais detido e transparente na condução do processo. Afinal, a Eletrobras é responsável por mais de 32% da geração e quase metade das linhas de transmissão do nosso sistema integrado, que promove as transferências de energia de uma região para outra do país.

Os anos se passaram, e a governança do setor elétrico sofisticou-se a ponto de já estar se movendo na direção do direito de escolha do consumidor. Em breve, consumidores passarão a optar pelo seu fornecedor de energia elétrica, como já o fazem com as telecomunicações.

Outra importante transformação foi que, da década de 90 para cá, o setor passou a contar com instituições e autarquias altamente técnicas e preparadas, como o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), que exercem papéis fundamentais em planejamento, operação, fiscalização e contabilização das atividades — atribuições outrora concentradas na Eletrobras.

A velocidade de mudança nas tecnologias e hábitos de consumo vem impactando diretamente o uso da energia elétrica, tornando o ambi-

ente cada vez mais disruptivo. Tudo se move aceleradamente para um cenário de alta competição.

Nesse contexto, a Eletrobras demanda rápida transformação. O desafio de buscar uma rentabilidade adequada ao nível de risco de suas atividades se torna quase impossível se levarmos em conta: o atual endividamento (são cerca de R\$ 23 bilhões), as características próprias nas relações internas de trabalho com seus colaboradores, os arranjos de imagem com as investigações que a Operação Lava Jato iniciou por meio da Eletronuclear, e a histórica perda de valor de mercado devido à medida provisória 579.

Nada melhor do que os números para iluminar a discussão em curso. Bastou o governo indicar que pensava em sair gradualmente de sua participação da Eletrobras que as ações subiram 50% em um dia.

Para referendar o custo da 'não privatização', estudo recente do Instituto Acende Brasil demonstrou que, em 2016, a medida Lucro/Receita da Eletrobras foi de 6 centavos para cada 1 real. A sua congênere Engie Brasil, na mesma medida, auferiu 25 centavos para cada 1 real de receita. Isso mesmo, 4 vezes mais rentável após a privatização. Em outra medida importante, a de receitas por empregado, no mesmo ano, a estatal atingiu R\$ 2,64 milhões; a Engie Brasil, R\$ 5,82 milhões.

Uma nova Eletrobras sem o controle da União, que tem hoje mais de 60% das ações, permitirá agilidade decisória, acesso mais "barato" ao mercado de capitais, independência na formulação de suas estratégias corporativas, e mudança na forma de gestão dos recursos disponíveis. A proposta que se desenha se ancora nas direções apresentadas por meio da Consulta Pública 33, fundamentais para que esse passo seja vitorioso.

O encaminhamento até agora divulgado mantém a União como acionista, com a possibilidade de deter ações de classe especial; separa do processo a usina de Itaipu e Eletronuclear; e permitirá que recursos a programas sociais importantes, como Luz para Todos, Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia) e Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica), e pesquisa e desenvolvimento (P&D) sejam administrados de forma mais eficaz.

Que o bom debate prevaleça e que a necessária medida promova mais eficácia na gestão desse conglomerado. E que, como resultado final, os consumidores possam se beneficiar de mais competição setorial.

PAULO MAYON é sócio da Compass Energia

Livia Serri Franco



NÃO

## Energia não pode cobrir rombo do governo

PAULO CÂMARA

O governo federal prepara uma ampla reestruturação do setor elétrico. Mudanças vão da suspensão do regime de cotas de energia, implementado na administração anterior, à reformulação de todo o marco legal do setor, por projeto em vias de ser enviado ao Congresso. Passa também pela privatização da Eletrobras, anunciada em agosto em meio a queixas sobre a realidade da empresa, que seria um cabide de empregos sem utilidade.

Privatizações já não causam polêmica. Todas as forças políticas atuantes no país já promoveram desestatizações. No caso da Eletrobras, porém, é preciso examinar as motivações e contexto. E é preciso abrir o debate e dar visibilidade às implicações, que não são pequenas nem simples.

Foi por pensar assim que os governadores do Nordeste enviaram carta ao presidente Michel Temer (PMDB), no último dia 5. No documento, reconhecemos a gravidade do quadro fiscal e defendemos a busca de soluções. Alertamos, porém, que um setor com tamanho impacto sobre a economia não deve, em hipótese alguma, cobrir déficits no caixa do governo.

Pela política de cotas, cerca de 20% da energia hoje alocada no mercado regulado é vendida por valores entre R\$ 40 e R\$ 80/MWh. Após uma eventual privatização e a

suspensão das cotas de energia, as operadoras que substituírem as empresas do grupo Eletrobras ofertarão a mesma energia a preço de mercado, hoje perto de R\$ 200/MWh. Sem contar a insegurança jurídica, com quebra dos contratos em vigor.

Assim, embora o governo negue, a mera suspensão da política de cotas terá como consequência imediata um reajuste na conta de luz que pode variar de 7% a 17%, segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

E a energia elétrica, é bom frisar, tem peso praticamente igual a transporte/combustível na composição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Ou seja, o aumento da tarifa onera todas as cadeias produtivas e chega a ser cruel com os mais pobres.

Quanto à privatização da Eletrobras, mais importante do que os R\$ 30 bilhões que se espera arrecadar é o que ocorrerá depois, inevitavelmente. Hidrelétricas são máquinas e água represada. Portanto, quem comprar a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) estará adquirindo, como contrapeso, o próprio São Francisco, o rio da integração nacional.

Contra isso já se insurgira o ex-governador Miguel Arraes (PE) por meio de carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso (1995) e em ar-

tigo publicado nesta **Folha** (1999).

E contra isso nos posicionamos, mostrando que, consumada a privatização, outros usos da água do Velho Chico — como a irrigação e o abastecimento das cidades da região — estarão limitados por pelo menos 30 anos, mesmo que outras fontes energéticas, como eólica e solar, ganhem peso e permitam a liberação da vazão atualmente comprometida com a geração hidrelétrica.

Para não só criticar, mas também propor soluções, sugerimos a exclusão da Chesf do grupo Eletrobras, transformando-a numa empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, encarregada de coordenar uma política de desenvolvimento regional.

Sua atuação seria financiada com a manutenção da política de cotas e o ajustamento da tarifa em, no máximo, 1,5% — percentual que, segundo especialistas do setor, garantiria a conclusão do plano de obras já contratado com a Aneel os investimentos em fontes alternativas, além do plano de revitalização dos rios energéticos, elaborado pela ANA (Agência Nacional de Águas).

Mas, o mais importante: pedimos diálogo e transparência. É o mínimo antes que medidas tão extremas sejam implementadas.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA, economista, é governador de Pernambuco (PSB)

## PAINEL DO LEITOR

A seção recebe mensagens pelo e-mail leitor@grupofolha.com.br, pelo fax (11) 3223-1644 e no endereço al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos.

## Corrupção

O colapso moral do Estado está à vista de todos. No STF, ministros ignoram leis e questionam publicamente decisões de colegas. O Senado mobiliza mais forças para defender Aécio Neves do que para defender interesses do país. O Executivo compra a granel votos na Câmara para livrá-lo da Justiça e nomeia o relator que deverá julgá-lo. Como o Supremo revogou o Estado laico, autorizando ensino religioso confessional nas escolas públicas, alguns parlamentares estudam revogar o sétimo mandamento ("Aliado vai relatar denúncia contra Temer na Câmara", "Poder", 29/9).

JOSÉ TADEU GOBBI, publicitário (São Paulo, SP)

★

O Congresso Nacional está paralisado há meses, com um custo financeiro elevadíssimo para o povo brasileiro, não para decidir medidas que interessam à nação, mas para defender-se das acusações de corrupção. Os congressistas unem-se agora em defesa do senador Aécio Neves para evitar que amanhã tenham o mesmo destino. A impunidade e a injustiça continuarão prevalecendo ("STF julgará afastamento de parlamentares", "Poder", 29/9).

ROSA LINA KRAUSE (Timbó, SC)

★

Quem foi à rua pedindo o impeachment de Dilma Rousseff não vai às ruas agora contra Michel Temer. A turba que lotou as ruas — e a telas das TVs — com a camisa da CBF parece estar com a sensação de dever cumprido por tirar uma mulher e colocar um homem no lugar. Dilma não os representava. Temer representa. Muitos estão deslumbrados, sonhando com as (já esquecidas pela mídia) malas de Geddel.

ISABEL FERRONATO (Blumenau, SC)

★

Atualmente, não vale a pena pensar o Brasil, lutar por um país melhor. A indiferença, o comodismo, a descrença, a desesperança, tudo desanima. O tecido social vai se esfarrapando do Oiapoque ao Chuí. O brasileiro só se inflama e se posiciona quando o assunto é futebol. O resto que se dane. Os privilegiados, ainda legalmente amparados por um foro especial, resistem às investidas saneadoras do processo crônico de corrupção, com cínicas argumentações. Novas perspectivas são necessárias para devolver a fé à população.

JOÃO HÉLIO ROCHA (Nova Friburgo, RJ)

## Planos de saúde

A justificativa das empresas para esse reajuste: diluir após os 60 aquele reajuste enorme que hoje é feito aos 59 ("Projeto prevê reajuste de plano para idosos", "Cotidiano", 29/9). Como não tenho a íntegra do projeto, preciso do texto da **Folha**, que é omissivo quanto à situação dos que já passaram dos 60 e já foram penalizados com aquele reajuste feito aos 59.

ROQUE LUIZ R. DA SILVEIRA (Jundiaí, SP)

★

Os congressistas representam o povo ou os interesses das seguradoras? Estava convencido de que era o povo. Errei. Queria saber o que os senadores e deputados fizeram para tapar o buraco financeiro do país, para além de aumentar seus salários e benefícios neste momento delicado.

FRAN CISCIUS D'HANENS (São Paulo, SP)

▶ LEIA MAIS CARTAS NO SITE DA FOLHA - [www.folha.com.br/paineldoleitor](http://www.folha.com.br/paineldoleitor)

▶ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: [saa@grupofolha.com.br](mailto:saa@grupofolha.com.br) 0800-775-8080 Grande São Paulo: (11) 3224-3090

▶ OMBUDSMAN: [ombudsman@grupofolha.com.br](mailto:ombudsman@grupofolha.com.br) 0800-015-9000

## ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

**MERCADO** (27.SET, PÁG. A15) A fotografia que acompanhou a reportagem "Liberação de R\$ 3 bi de aereo-

## Colunistas

Hélio, suas colunas são brilhantes, mas desta vez você se superou ("O Supremo e a banana", "Opinião", 29/9). Além da decisão de afastar Aécio Neves ter sido irresponsável, faltou bom senso aos ministros. O que nós menos precisamos no momento é conflito entre as instituições. Mas, infelizmente, alguns ministros estão mais preocupados em aparecer na mídia do que em fazer Justiça.

ANTENOR BAPTISTA (São Paulo, SP)

★

Segundo o colunista Bernardo Mello Franco ("Andrada esta com os 3%", "Opinião", 29/9), o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) disse, em defesa das negociatas de Temer, que "os deputados não são santos porque o povo também não é santo". Quando um homem de 87 anos diz tal disparate, não há como ter esperanças. Essa é a real tragédia brasileira.

ADEMAR G. FEITEIRO, advogado (São Paulo, SP)

★

É muito triste para os milhões de brasileiros que nem sequer conhecem esse cidadão ter que conviver com tamanho disparate e atitudes contrárias ao Brasil. Espero que esta seja a última dele, seja pela idade, seja pela eleição. Precisamos aprender a castigar maus políticos pelo voto!

APARECIDO J.G. SILVA (Santana de Parnaíba, SP)

## Rio Tietê

Existe um erro conceitual no saneamento brasileiro que embasa o artigo do presidente da Sabesp e que necessita ser esclarecido. A agência reguladora não deveria regular a Sabesp, e sim os contratos operados por ela, que deveriam ser obtidos num ambiente de competição entre operadores, não de monopólio. Esse é o verdadeiro xis da questão. Se assim fosse, já teríamos alcançados há muito tempo o acesso universal aos serviços e a despoluição do rio Tietê ("O fator X e o Tietê", Tendências/Debates, 29/9).

YVES BESSE (São Paulo, SP)

★

O texto anuncia e tenta justificar o aumento futuro de tarifas. Nenhuma palavra sobre os bilhões já investidos em projetos de despoluição do rio Tietê totalmente fracassados. Monopólio é isso. Ninguém é responsabilizado por nada.

PETER JANOS WECHSLER (São Paulo, SP)

## Editoriais

Editorial lúcido e sucinto, expressando o pensamento de muitos brasileiros despojados de ideologias retrógradas ("Infraestrutura à venda", "Opinião", 29/9).

ÉDEN A. SANTOS (São Paulo, SP)

★

Sobre o editorial "Suicídio e prevenção" ("Opinião", 25/9), a prevenção do suicídio, que envolve o acesso aos serviços de saúde, vai além da existência do Caps. Exige uma rede ambulatorial ampla, emergências para manejo de situações de crise e leitos hospitalares para a proteção das pessoas em maior risco. Considerando que o risco de suicídio é uma emergência médica e que a quase totalidade das vítimas apresentava um transtorno psiquiátrico, a presença do psiquiatra em todos os níveis de assistência, ambulatorial, emergencial e hospitalar, é fundamental.

ALEXANDRE P. DIAZ (Florianópolis, SC) e ANTÔNIO G. DA SILVA (Brasília, DF), coordenadores nacionais da Campanha Setembro Amarelo

portos agora depende de aval do Senado) foi feita em 5 de abril de 2017, não em 2007.